

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 762, DE 2016**  
**(Do Poder Executivo)**

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Felipe Maia.

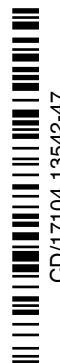
**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Após a apresentação de nosso Relatório, recebemos sugestão de aprimoramento do Projeto de Lei de Conversão apresentado, no sentido de que o art. 17-A que estamos introduzindo na Lei 9.432, de 8 de janeiro de 2007, dedicasse o mesmo tratamento tributário aos empreendimentos ora implantados, modernizados, ampliados ou diversificados e aos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem nas regiões Norte e Nordeste.

Consideramos adequada e oportuna a sugestão por duas razões. A primeira é a de eliminar qualquer possibilidade de discussão acerca de possível violação do princípio constitucional da isonomia tributária. A segunda porque traz segurança jurídica tanto àqueles que investiram, quanto àqueles que pretendem investir nas regiões citadas.

Feitas essas considerações, passa o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 762, de 2016, a ser o constante da presente complementação de voto, razão pela qual concluímos:

a) pelo atendimento da Medida Provisória nº 762, de 2016, aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência;



CD/17104.13542-47

b) pela impertinência temática da **Emenda de nº 2**, nos termos da decisão da Presidência da Câmara dos Deputados em resposta à Questão de Ordem nº 478, de 2009;

c) pela inobservância da técnica legislativa adequada nas Emendas nº 12, 20, 21 e 22.

d) pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 762, de 2016, e das Emendas a ela propostas, ressalvado o disposto nos itens b e c;

e) pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP nº 762/16 e das Emendas a ela apresentadas, prejudicada a análise quanto à **Emenda nº 2**; e

f) no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 762, de 2016, e das **Emendas nº 1, 3, 4, 6, 14, 16 17, 18 e 23** a ela apresentadas, na forma do anexo Projeto de Lei de Conversão, e pela rejeição das demais emendas.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado Felipe Maia  
Relator

# **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2017**

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 762, DE 2016)

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

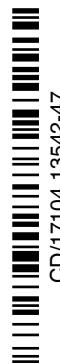
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. O prazo previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, fica prorrogado até 8 de janeiro de 2020, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.” (NR)

Art. 2º A Lei 9.432, de 8 de janeiro de 2007, passa a vigorar com acrescida do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. Aplica-se, pelo prazo de cinco anos, sobre as mercadorias importadas por portos localizados nas regiões Norte e Nordeste que sejam destinadas à industrialização ou consumo, por empreendimentos implantados, modernizados, ampliados ou diversificados e aos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem nestas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas



CD/17104.13542-47

Superintendências de Desenvolvimento, a  
não incidência prevista no art. 17 desta Lei.”  
(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2017.

Deputado Felipe Maia  
Relator

